



## **RESOLUÇÃO Nº 064/SMS/DVE, 17 DE JULHO DE 2015**

DISPÕE SOBRE A NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE DESNUTRIÇÃO GRAVE.

CONSIDERANDO que os casos suspeitos ou confirmados de desnutrição grave, deve ser entendida pela Gestão Municipal do SUS, como uma política estratégica no âmbito da Vigilância em Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a notificação compulsória de doenças e agravos de interesse do município;

CONSIDERANDO o inciso I do art. 118, da Lei Complementar nº 150, de 12 de março de 2009;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 10.867, de 07 de agosto de 1998, que dispõe sobre a notificação compulsória de casos de subnutrição às autoridades da área da saúde pública;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Toda pessoa física ou jurídica de natureza pública ou privada, tem o dever de notificar à Secretaria Municipal de Saúde, qualquer caso suspeito ou confirmado de desnutrição grave de que tenha ou vier a ter conhecimento.

§ 1º - A notificação deverá ser encaminhada à Diretoria de Vigilância Epidemiológica através de formulário próprio de uso do Sistema Único de Saúde, que adotará os procedimentos de investigação do caso.

§ 2º - Havendo necessidade no processo de investigação, da participação de outros órgãos da Secretaria Municipal de Saúde, a Diretoria de Vigilância Epidemiológica solicitará por escrito apoio técnico, a fim de garantir o efetivo atendimento e acompanhamento do caso notificado.

§ 3º - A definição de caso, fluxo, periodicidade e os tipos de instrumentos de notificação, serão definidos posteriormente, através de Notas Técnicas expedidas pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica.

Art. 2º - Aplica-se em conjunto com este Ato Normativo, a Lei Estadual nº 10.867, de 07 de agosto de 1998, e demais normas regulamentadoras editadas pela Secretaria de Estado da Saúde e/ou pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde.



MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**

Art. 3º - A inobservância das obrigações estabelecidas nesta Resolução sujeitará ao infrator à aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Itajaí, 17 de julho de 2015.

OSVALDO GERN

Secretário Municipal de Saúde

Gestor Municipal do SUS